650

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

FCC E OUTRAS INSTITUIÇÕES



SÓ QUESTÕES

TCE-GO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO (TÉCNICO ADMINISTRATIVO)

- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio Lógico
- Legislação Institucional
- Noções de Direito Administrativo
- Licitações e Contratos Administrativos
- Noções de Direito Constitucional
- Noções de Controle Externo
- Noções de Administração Financeira e Orçamentária
- Contabilidade aplicada ao Setor Público
- Noções de Administração Pública
- Administração Geral
- Administração Estratégica
- Comportamento Organizacional
- Gestão de Pessoas

apostilas opção

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas.
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Adquira aqui sua apostila completa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

TCE-GO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas
TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO
(TÉCNICO ADMINISTRATIVO)

EDITAL Nº 01/2026

CÓD: OP-106OT-26
7901204404744

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa 5
2. Matemática e Raciocínio Lógico 31
3. Legislação Institucional 39
4. Noções de Direito Administrativo 51
5. Licitações e Contratos Administrativos 63
6. Noções de Direito Constitucional 75
7. Noções de Controle Externo 91
8. Noções de Administração Financeira e Orçamentária 105
9. Contabilidade aplicada ao Setor Público 119
10. Noções de Administração Pública 133
11. Administração Geral 145
12. Administração Estratégica 157
13. Comportamento Organizacional 169
14. Gestão de Pessoas 183

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FCC - 2026)

Atenção: Leia o texto a seguir para responder à questão.

Em um contexto como o que estamos vivendo, *em que se valorizam tanto os fins e os objetivos, e em que se propala tanto o "foco na meta", temos perdido o sentido e o valor do meio do caminho. Estamos sendo tão condicionados a focar nas metas (que, aliás, na maior parte das vezes nem são efetivamente nossas, mas impostas) que acabamos não valorizando o caminho.* Cada vez mais, o caminho tem se reduzido a mero intervalo de tempo e espaço entre o começo e o fim; entre a definição da meta e seu cumprimento. Com isso, a existência humana vem empobrecendo e se reduzindo a um simples mecanismo de "desempenho", de "obtenção" de metas, que, uma vez atingidas, são substituídas por outras, em uma dinâmica insaciável e frustrante. Esse "apagamento" do meio, do caminho, da via, apresenta-se, a meu ver, como uma das causas mais importantes do desastroso processo de desumanização que estamos sofrendo, pois a desvalorização do caminho corresponde, em última análise, à desvalorização da experiência. E como é possível a realização da nossa humanização sem a realização da experiência da vida?

Sem metas, não é possível a nossa autorrealização enquanto seres humanos; porém, sem a experiência do caminho tal realização se torna incompleta, vazia e, portanto, falsa. Daí a importância de aprendermos as lições sobre o saber viver o caminho; sobre o saber viver as experiências que encontramos na via da vida, e nos tornarmos mais humanos com elas e por causa delas.

(Adaptado de: GALLIAN, Dante. É próprio do humano: uma odisseia do autoconhecimento e da autorrealização em 12 lições. Rio de Janeiro: Record, 2022, edição digital)

Uma palavra formada com prefixo de negação está em:

(A) *lições sobre o saber viver o caminho.*
(B) *uma dinâmica insaciável e frustrante.*
(C) *a existência humana vem empobrecendo.*
(D) *se valorizam tanto os fins e os objetivos.*
(E) *as experiências que encontramos na via da vida.*

2. (FCC - 2025)

Atenção: Para responder a questão a seguir, baseie-se no texto abaixo.

Todo escritor reage contra os mais velhos, mesmo que o não perceba, e ainda que os admire. E se os admira, mais feroz é a reação, em que se casam amor e impaciência, ternura e tédio pela obra cristalizada: ácida compensação da pena de admirar. Impossível fazer compreender aos de vinte anos que não temos culpa de ser mais velhos, de possuir maior soma de visões, de lembrança, de riquezas imponderáveis: que desvendamos certos segredos porque nos foi dada oportunidade de viver já há mais tempo; que o tempo traz consigo certa sutileza, ainda aos menos dotados; e que a suposta derrota de envelhecer nos confere uma relativa superioridade (aliás, de ninguém invejada).

(ANDRADE, Carlos Drummond de. Passeios na ilha. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 98)

Identifica-se prefixo de negação no termo sublinhado em:

(A) ... *mesmo que o não perceba, e ainda que os admire*.
(B) ... *nos foi dada oportunidade de viver já há mais tempo* ...
(C) ... *que o tempo traz consigo certa sutileza* ...
(D) Todo escritor reage contra os mais velhos ...
(E) ... *maior soma de visões, de lembrança, de riquezas imponderáveis* ...

3. (FCC - 2022)

Atenção: Considere o trecho do poema abaixo para responder às questão.

Esta velha angústia,
Esta angústia que trago há séculos em mim,
Transbordou da vasilha,
Em lágrimas, em grandes imaginações,
Em sonhos em estilo de pesadelo sem terror,
Em grandes emoções súbitas sem sentido nenhum.
Transbordou.
Mal sei como conduzir-me na vida
Com este mal-estar a fazer-me pregas na alma! Se ao menos endoidecesse deveras!
Mas não: é este estar-entre, Este quase,

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Este poder ser que..., Isto.

Um internado num manicômio é, ao menos, alguém. Eu sou um internado num manicômio sem manicômio. Estou doido a frio,

Estou lúcido e louco,

Estou alheio a tudo e igual a todos:

Estou dormindo desperto com sonhos que são loucura Porque não são sonhos.

Estou assim...

*(Fernando Pessoa. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997)*

As palavras podem mudar de classe gramatical sem sofrer modificação na forma. A este processo de enriquecimento vocabular pela mudança de classe das palavras dá se o nome de "derivação imprópria".

(Adaptado de CUNHA, Celso. Gramática essencial. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013

Constitui exemplo de derivação imprópria o vocábulo sublinhado em:

(A) Esta <u>velha</u> angústia,

(B) Este <u>quase</u>,

(C) Transbordou da <u>vasilha</u>,

(D) Porque não <u>são</u> sonhos.

(E) Estou <u>assim</u>...

4. (FCC - 2022)

Para responder à questão, leia o texto abaixo.

Meu caro,

Não pense que me esqueci das minhas obrigações, muito me aflige estar em dívida com você. Fiquei de lhe entregar os originais até o fim de 2015, e lá se vão três anos Como deve ser do seu conhecimento, passei ultimamente por diversas atribulações: separação, mudança, seguro-fiança para o novo apartamento, despesas com advogados, prostatite aguda, o diabo. Não bastassem os perrengues pessoais, ficou difícil me dedicar a devaneios literários sem ser afetado pelos acontecimentos recentes no nosso país. Já gastei o adiantado que você generosamente me concedeu, e ainda me falta paz de espírito para alinhavar os escritos em que tenho trabalhado sem trégua. Sei que é impróprio incomodá-lo num momento em que a crise econômica parece não ter arrefecido conforme se esperava. Estou ciente das severas condições do mercado editorial, mas se o amigo puder me adiantar mais uma parcela dos meus royalties, tratarei de me isolar por uns meses nas montanhas, a fim de o regalar com um romance que haverá de lhe dar grandes alegrias.

Um forte abraço.

(Adaptado de: BUARQUE, Chico. Essa gente. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, edição digital)

Derivação imprópria é um processo em que uma palavra muda de classe gramatical sem mudar de forma. Assim, observa-se esse processo no seguinte trecho:

(A) Estou ciente das severas <u>condições</u> do mercado editorial

(B) Não pense que me esqueci das minhas <u>obrigações</u>

(C) Fiquei de lhe entregar os originais até o <u>fim</u> de 2015

(D) Já gastei o <u>adiantado</u> que você generosamente me concedeu

(E) tratarei de me isolar por uns meses nas <u>montanhas</u>,

5. (FCC - 2022)

<u>Atenção</u>: Para responder à questão, considere o texto do filósofo francês Yves Michaud.

Atualmente, a maioria das considerações sobre a violência se concentra na criminalidade, cujo aumento quer denunciar. Mas essa progressão da violência criminal não fo provada e o que se assiste é, ao contrário, uma pacificação progressiva da sociedade; admitindo-se ou não, os costumes se civilizaram. O fato de a opinião pública preocupar-se com uma crescente insegurança não tem entretanto nada a ver com o volume efetivo da criminalidade, mas sim com as normas a partir das quais concebemos os fenômenos criminosos[b]. Ao contrário das sociedades do passado, as nossas estão habituadas a uma segurança cada vez maior,[c] que não depende só dos números da criminalidade, mas também e até mais da organização dos seguros e da previdência social, da homogeneidade de um espaço de livre circulação, da regulação de múltiplos aspectos da vida através do Estado. Sobre o pano de fundo de uma segurança crescente, os comportamentos criminosos são percebidos com uma ansiedade desproporcional em relação ao seu volume real. No entanto, isso não significa que a mudança das normas possa ser subestimada.

Do ponto de vista histórico, é difícil dispor de informações quantitativas certas sobre um passado distante, mas nossa ignorância não é total;[a] em todo caso, tudo o que sabemos vai na mesma direção[e]: a violência é a marca registrada de períodos inteiros do passado[d].

*(Adaptado de: MICHAUD, Yves. **A violência**. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Editora Ática,1989*

Dos seguintes trechos extraídos do texto, aquele cujo enunciado **NÃO** carrega marca da 1ª pessoa do plural é:

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (FCC - 2026)

O dono de uma loja compra 360 lenços por ano. Ele pode comprar de um intermediário ou do fabricante. O intermediário vende um pacote de 8 lenços por R$ 184,00, já o fabricante vende 60 lenços por R$ 1.080,00. Se ele comprar os lenços apenas do fabricante, economizará, em relação ao vendedor intermediário, por ano o valor de

(A) R$ 800,00
(B) R$ 1.180,00
(C) R$ 1.080,00
(D) R$ 1.800,00
(E) R$ 1.008,00

2. (FCC - 2025)

Um artesão vende um par de brincos por R$ 12,00 e uma pulseira por R$ 13,00. Ele faz uma oferta especial: vende um conjunto com um par de brincos e uma pulseira por R$ 20,00. No sábado, o artesão vendeu 55 pulseiras e 70 pares de brincos ao todo, sendo que dentre as vendas há 30 conjuntos da oferta. No sábado, o artesão arrecadou com suas vendas o valor de

(A) R$ 1.450,00.
(B) R$ 1.350,00.
(C) R$ 1.205,00.
(D) R$ 1.405,00.
(E) R$ 1.505,00.

3. (FCC - 2024)

Uma fábrica de automóveis de luxo produziu 22 carros em 3 semanas. A cada semana foram fabricados mais automóveis do que na semana anterior, e na terceira semana toram fabricados menos automóveis do que haviam sido fabricados, ao todo, nas duas primeiras semanas. Nessas condições, o número máximo de automóveis que podem ter sido fabricados na segunda semana é:

(A) 7.
(B) 11.
(C) 9.
(D) 8.
(E) 10.

4. (FCC - 2023)

Maria distribuiu dez cartões numerados de 0 a 9 para seus amigos Nilton, Otávio e Paulo. Otávio recebeu 4 cartões e os outros receberam 3 cartões cada um. Em seguida, Maria pediu que calculassem o produto dos números de seus respectivos cartões. Nilton obteve 0, Otávio 72 e Paulo 90. A soma dos números recebidos por Nilton é

(A) 15
(B) 14
(C) 16
(D) 17
(E) 18

5. (FCC - 2023)

Um juiz começa a ler um processo com 361 páginas em uma segunda-feira. De segunda a quinta-feira, ele lê 27 páginas por dia: na sexta-feira, ele lê 30 páginas: e, no sábado, 20 páginas. Aos domingos, ele não lê processos. Sabendo-se que a leitura foi feita de segunda a sábado em semanas consecutivas, o juiz precisou de

(A) 3 terças-feiras.
(B) 2 segundas-feiras.
(C) 3 sábados
(D) 3 sextas-feiras.
(E) 3 quintas-feiras.

6. (FCC - 2023)

João e um grupo de 5 amigos foram jantar e a conta, dividida igualmente por todos, saiu a R$ 85,00 por pessoa. João decidiu fazer uma gentileza e pagar sozinho o vinho; o restante do valor é novamente dividido igualmente por todos. Se o valor pago por João foi R$ 210,00, então cada um dos 5 amigos de João pagou, em reais, o equivalente a

(A) 65,00
(B) 60,00
(C) 70,00
(D) 75,00
(E) 55,00

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

7. (FCC - 2022)

O técnico deverá escolher 11 dentre 14 jogadoras para iniciar uma partida de futebol feminino. No vestiário há apenas meninas com 18, 19, 20, 21 e 22 anos. O número de meninas com 18 e com 20 anos é o mesmo e o número daquelas que têm 19 anos é 3 vezes o número das com 18 anos. Existem 3 meninas de 21 anos e só uma delas irá jogar. Uma das que tem 18 anos está machucada e não vai jogar e a única jogadora que tem 22 anos também é a única goleira.

A soma das idades das 11 jogadoras que entrarão em campo é

(A) 215.
(B) 218.
(C) 217.
(D) 216.
(E) 219.

8. (FCC - 2022)

Raquel começou a escrever em seu caderno os números inteiros e positivos, 1, 2, 3, ..., e parou quando escreveu o milésimo algarismo.

Os três últimos algarismos que Raquel escreveu foram:

(A) 6, 9, 3.
(B) 3, 6, 8.
(C) 3, 7, 1.
(D) 7, 0, 3.
(E) 9, 3, 7.

9. (FCC - 2022)

Em um salão de festas há mesas com 4 lugares e com 6 lugares, com pelo menos uma mesa com 6 lugares. O salão comporta 56 convidados sentados. O maior número possível de mesas com 4 lugares é

(A) 2.
(B) 11.
(C) 5.
(D) 8.
(E) 7

10. (FCC - 2022)

Um prédio possui vários andares, e em cada andar há a mesma quantidade de apartamentos. Se houver k apartamentos por andar, então os apartamentos do 1º andar são numerados de 1 a k, os apartamentos do 2º andar são numerados de k + 1 a 2k e assim por diante. Se Maria mora no apartamento 18 que está no 3º andar e Bruno mora no apartamento 50 do 7º andar, o número de apartamentos por andar é

(A) 6.
(B) 7.
(C) 9.
(D) 8.
(E) 5.

11. (FCC - 2022)

João tem três cachorros que nasceram em abril. Em maio de 2022, João somou as idades dos cachorros e seus anos de nascimento. A soma de João é igual a

(A) 6066.
(B) 4044.
(C) 2022.
(D) 8088.
(E) 1011.

12. (FCC - 2022)

Marta e Nilson brincam da seguinte maneira. Marta sempre começa e escolhe um número inteiro maior ou igual a 1 e menor do que 10000. Em seguida, Nilson multiplica esse número por 4, 7 ou 9. Depois, Marta multiplica o produto obtido por Nilson por 4, 7 ou 9 e, assim, sucessivamente, cada um, na sua vez, multiplica o

produto obtido na multiplicação anterior por 4, 7 ou 9. Ganha o jogo quem obtém um produto maior do que 10000. Existem vários números que Marta pode escolher para começar o jogo e garantir que ganhará. Entre esses números estão

(A) 4, 7 e 9.
(B) 6, 8 e 32.
(C) 8, 29 e 278.
(D) 12, 33 e 333.
(E) 19, 81 e 350.

13. (FCC - 2026)

A frota de uma empresa é composta por 27 caminhões grandes e 21 caminhões pequenos. A empresa irá expandir a frota adquirindo mais 29 caminhões, entre grandes e pequenos, de maneira que a razão entre o número de caminhões grandes e o número de caminhões pequenos passe a ser igual a 4/7.

Após a expansão da frota, a diferença entre o número de caminhões pequenos e o número de caminhões grandes será igual a

(A) 19
(B) 23
(C) 21
(D) 22
(E) 20

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1. (2026)

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás constitui o órgão responsável pelo exercício do Poder Legislativo estadual, desempenhando funções legislativas e fiscalizatórias. Considerando as disposições do art. 8º da Constituição do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta acerca de sua composição e do mandato de seus integrantes.

(A) Os Deputados Estaduais são escolhidos pelo sistema majoritário, mediante votação direta, para mandatos de cinco anos.

(B) A eleição dos Deputados Estaduais ocorre em período distinto da eleição dos Deputados Federais, sendo cada legislatura de quatro anos.

(C) A Assembleia Legislativa é composta por representantes eleitos pelo sistema proporcional, mediante voto direto e secreto, sendo cada legislatura de quatro anos.

(D) Os Deputados Estaduais são eleitos pelo sistema proporcional, mas cada legislatura possui duração de seis anos.

(E) A quantidade de Deputados Estaduais corresponde obrigatoriamente ao dobro da representação estadual na Câmara dos Deputados.

2. (2026)

Durante uma atividade de fiscalização parlamentar, determinada comissão da Assembleia Legislativa de Goiás decidiu convocar um Secretário de Estado para prestar esclarecimentos sobre a execução de um programa governamental. Considerando o art. 9º da Constituição do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta.

(A) A autoridade convocada deverá comparecer pessoalmente no prazo máximo de trinta dias, contados do recebimento da convocação, e encaminhar exposição sobre as informações pretendidas até três dias úteis antes do comparecimento.

(B) A convocação somente poderá ocorrer mediante autorização expressa do Governador do Estado, independentemente do assunto investigado.

(C) O prazo constitucional para comparecimento será sempre de sessenta dias, admitida prorrogação automática por igual período.

(D) O Secretário de Estado poderá substituir seu comparecimento pessoal pelo envio de relatório escrito, sem necessidade de justificativa.

(E) A ausência injustificada de Secretário de Estado convocado não poderá produzir consequências relacionadas à responsabilidade da autoridade.

3. (2026)

A Constituição do Estado de Goiás estabelece competências legislativas relacionadas à organização administrativa, às finanças públicas e à estrutura dos órgãos estaduais. Considerando o art. 10, assinale a alternativa que apresenta matéria sobre a qual cabe à Assembleia Legislativa dispor, com a sanção do Governador, observadas as exceções constitucionais.

(A) Julgamento definitivo das contas anuais dos administradores municipais pelo Poder Legislativo estadual.

(B) Nomeação individual de todos os servidores públicos efetivos dos órgãos estaduais.

(C) Expedição de decisões judiciais destinadas à solução de conflitos entre particulares.

(D) Escolha direta dos dirigentes de empresas privadas sem participação estatal.

(E) Sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas do Estado, bem como plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual.

4. (2026)

A fiscalização dos atos do Poder Executivo constitui uma das manifestações da função de controle exercida pela Assembleia Legislativa. Considerando o art. 11 da Constituição do Estado de Goiás, assinale a alternativa que apresenta uma competência exclusiva da Assembleia Legislativa.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(A) Nomear diretamente todos os Secretários de Estado e determinar suas atribuições administrativas individuais.
(B) Fiscalizar e controlar diretamente os atos do Poder Executivo, inclusive os praticados no âmbito da administração indireta.
(C) Julgar todas as infrações penais comuns praticadas por servidores estaduais, substituindo os órgãos jurisdicionais.
(D) Expedir decretos regulamentares para execução de todas as leis estaduais.
(E) Elaborar privativamente as propostas orçamentárias de todos os órgãos do Poder Executivo.

5. (2026)

A Constituição do Estado de Goiás estabelece mecanismos de proteção ao exercício do mandato parlamentar, assegurando prerrogativas aos Deputados Estaduais. Considerando o art. 12, § 1º, assinale a alternativa correta sobre a prisão de Deputados Estaduais.

(A) A prisão poderá ocorrer livremente após a diplomação, independentemente da natureza da infração praticada.
(B) A imunidade relativa à prisão somente será adquirida após o primeiro ano de exercício do mandato parlamentar.
(C) Qualquer prisão de Deputado Estadual dependerá de autorização prévia do Governador.
(D) Desde a expedição do diploma, os Deputados não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, devendo os autos ser remetidos à Assembleia Legislativa no prazo de vinte e quatro horas.
(E) A Assembleia Legislativa somente poderá examinar a prisão parlamentar depois do trânsito em julgado da sentença condenatória.

6. (2026)

O exercício do mandato parlamentar estadual está sujeito a incompatibilidades destinadas a preservar a independência da função legislativa. Considerando o art. 13 da Constituição do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta.

(A) Desde a posse, o Deputado Estadual poderá exercer simultaneamente dois mandatos públicos eletivos, desde que em entes federativos diferentes.
(B) A partir da expedição do diploma, o Deputado Estadual não poderá firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, ressalvados os contratos que obedeçam a cláusulas uniformes.
(C) As incompatibilidades constitucionais somente produzem efeitos depois de encerrada a legislatura.
(D) O Deputado Estadual poderá ocupar livremente cargo remunerado em autarquia estadual, mesmo quando demissível a qualquer momento.
(E) É permitido ao Deputado Estadual patrocinar qualquer causa contra entidade pública estadual, sem restrições constitucionais.

7. (2026)

A Constituição do Estado de Goiás estabelece hipóteses de perda de mandato parlamentar e disciplina procedimentos destinados à proteção da legitimidade da representação popular. Considerando o art. 14, assinale a alternativa correta.

(A) O parlamentar perderá automaticamente o mandato por faltar a uma única sessão ordinária, ainda que devidamente justificado.
(B) A perda do mandato por incompatibilidade com o decoro parlamentar depende exclusivamente de decisão do Governador.
(C) A renúncia apresentada durante processo que possa resultar em perda do mandato extingue imediatamente o procedimento.
(D) A condenação criminal, independentemente de trânsito em julgado, determina obrigatoriamente a perda imediata do mandato.
(E) O Deputado Estadual que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias, ressalvadas as hipóteses constitucionais de licença ou missão autorizada, estará sujeito à perda do mandato.

8. (2026)

A Constituição do Estado de Goiás disciplina situações nas quais o Deputado Estadual poderá afastar-se temporariamente de suas funções sem perder o mandato. Considerando o art. 15, assinale a alternativa correta.

(A) O Deputado poderá licenciar-se para tratar de interesse particular, sem remuneração, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.
(B) Toda licença parlamentar, independentemente da duração e do motivo, implicará perda definitiva do mandato.
(C) O afastamento para exercer cargo de Secretário de Estado somente será permitido mediante renúncia ao mandato parlamentar.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FCC - 2022)

Os atos da Administração devem merecer a mais ampla divulgação possível entre os administrados, propiciando-lhes, assim, a possibilidade de controlar a legitimidade da conduta dos agentes administrativos. Essa definição refere-se ao princípio da

(A) impessoalidade.
(B) legalidade.
(C) moralidade.
(D) publicidade.
(E) eficiência.

2. (FCC - 2022)

A Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Segundo o princípio da legalidade,

(A) todos os atos devem ter sempre o objetivo do interesse público, não podendo a Administração Pública agir em interesse próprio ou de terceiro beneficiado.
(B) a Administração Pública deve agir em consonância com os bons costumes, os princípios de justiça e equidade e a ideia comum de honestidade.
(C) a Administração Pública só pode realizar atos e medidas que a lei permite, não podendo conceder direitos de qualquer espécie ou criar obrigações por atos administrativos.
(D) os atos da Administração Pública devem sempre estar em conformidade com os preceitos de visibilidade e clareza.
(E) a Administração Pública deve agir no sentido de produzir resultados que satisfaçam da melhor maneira as necessidades públicas.

3. (FCC - 2024)

Além dos princípios expressos na Constituição Federal, a Administração Pública também tem sua atuação informada pelos chamados princípios implícitos, que se expressam em normas infraconstitucionais e se prestam a orientar interpretações e decisões administrativas, tais como o princípio da

(A) segurança jurídica, que passou a constar de normas infraconstitucionais, Inclusive da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), com vistas a preservar, o máximo possível, as situações apreciadas e os atos praticados.
(B) motivação, obrigatório em todos os atos, vinculados e discricionários, Inclusive com vistas a dar efetividade a outro principio implícito, o principio da transparência.
(C) eficiência, que, apesar de não constar expressamente na Constituição Federal, foi recepcionado com status de norma constitucional de direito fundamental e, como tal, superior aos demais princípios.
(D) supremacia do interesse público, que remanesce prevalecendo sobre os demais princípios e sempre que há um embate entre mais de um interesse envolvido, mesmo que haja norma expressa disciplinadora.
(E) indisponibilidade do interesse e dos bens públicos, que segue estabelecendo como regra absoluta a manutenção do patrimônio público e a vedação de transferência para o privado, gratuita ou onerosamente.

4. (FCC - 2025)

A propósito dos atos administrativos, como instrumentos de manifestação de vontade da Administração Pública, destaca-se, quanto à validade

(A) a obrigatoriedade de estabelecimento de prazo para vigência e validade dos atos administrativos, não sendo admitido o estabelecimento de prazo indeterminado.
(B) que a vigência dos atos está necessariamente atrelada à sua validade, de forma que observados os requisitos de validade para edição do ato, este se tornará, imediatamente, vigente.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(C) que esta não depende, em todos os casos, de sua publicação, mas esta pode ser estabelecida como condição para eficácia dos mesmos.
(D) a possibilidade de ser decretada, a qualquer tempo, a invalidade dos atos jurídicos pela própria Administração Pública ou pelo Poder Judiciário.
(E) a possibilidade de anulação dos atos ser promovida pela própria Administração Pública, mediante critérios de oportunidade e conveniência, resguardando-se a produção de seus efeitos.

5. (FCC - 2024)

A edição de um ato administrativo deve observar uma série de requisitos para sua validade e regularidade. Nesse sentido, quando um ato administrativo é editado em desacordo com os pressupostos de fato ou estes inexistem, o ato é considerado viciado. Esse vicio com relação aos pressupostos de fato refere-se ao elemento ou requisito

(A) finalidade, tendo em vista que os fatos são as razões pelas quais o ato está sendo editado.
(B) motivo, que é a razão da edição do ato, podendo ser obrigatório estar expressamente indicado no ato ou não.
(C) forma, tendo em vista que a edição do ato deve respeitar a forma prevista em lei e exige-se que haja expressa apresentação dos motivos.
(D) motivação, uma vez que todos os atos administrativos devem explicitar as razões de fato e de direito de sua edição.
(E) objeto, já que os fatos devem ser descritos no ato, sem os quais este sequer existiria.

6. (FCC - 2026)

A doutrina reconhece determinados atributos aos atos administrativos, dentre os quais, a presunção

(A) de veracidade, de natureza absoluta.
(B) de autoexecutoriedade, de natureza absoluta
(C) de legitimidade, de natureza relativa.
(D) de imperatividade, de natureza relativa.
(E) de discricionariedade, de natureza absoluta.

7. (FCC - 2022)

Sobre os atos administrativos em espécie:
(A) Admissão é o ato bilateral e vinculado pelo qual a Administração pública reconhece ao particular, que preencha os requisitos legais, o direito a prestação de um serviço público.
(B) Homologação é o ato pelo qual os órgãos consultivos da Administração pública emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência.
(C) Aprovação é um ato bilateral e vinculado pelo qual se exerce o controle a priori ou a posteriori do ato administrativo.
(D) Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração pública faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.
(E) Visto é o ato unilateral e vinculado pelo qual a Administração pública reconhece a legalidade de um ato jurídico administrativo.

8. (FCC - 2022)

Considere que determinado ato administrativo, de caráter discricionário, tenha sido praticado com base em razões de fato e de direito consignadas na exposição de motivos que acompanhou a sua edição. Ocorre que, posteriormente, verificou-se a falsidade de todos os aspectos fáticos consignados pela autoridade prolatora. Diante de tal contexto, o ato em questão

(A) deverá ser revogado pela própria Administração, no exercício da autotutela, vedada a apreciação judicial dos motivos determinantes para sua edição.
(B) é passível de anulação judicial, por vício de motivo, que não se confunde com o exame do mérito do ato, este que é vedado ao Poder Judiciário.
(C) poderá ser anulado, a critério da autoridade prolatora, ou convalidado pela autoridade hierarquicamente superior, mantendo-se apenas a sua motivação jurídica.
(D) é passível de revogação, em sede administrativa ou judicial, por ausência das razões de conveniência e oportunidade necessárias para justificar sua edição.
(E) é nulo, por desvio de finalidade, sendo obrigatória a revogação pela própria Administração no exercício da autotutela, sob pena de adoção de tal providência em sede judicial.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1. (FCC - 2022)

Conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto é denominada

(A) pregão.
(B) leilão.
(C) empreitada por preço unitário.
(D) empreitada integral.
(E) contratação por tarefa.

2. (FCC - 2024)

Considere a seguinte situação hipotética: determinado Município do Estado de Sergipe pretende realizar licitação na modalidade leilão. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, especificamente no que concerne às características dessa modalidade licitatória,

(A) terá a fase de habilitação.
(B) deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.
(C) exigirá registro cadastral prévio.
(D) deverá ser cometido exclusivamente a leiloeiro oficial.
(E) será precedido da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, e, além disso, o edital será afixado em local de ampla circulação de pessoas na sede da Administração, não podendo, todavia, ser divulgado por outros meios que não os ora mencionados.

3. (FCC - 2022)

Entre as inovações introduzidas pela Lei no 14.133/2021, relativamente ao regime jurídico de licitações e contratações públicas, destaca-se o denominado diálogo competitivo, que constitui

(A) um dos procedimentos auxiliares à licitação, adotado previamente à instauração do certame para possibilitar a delimitação do objeto a ser licitado quando a Administração não detenha condições de apresentar sua correta especificação técnica.
(B) modalidade licitatória que contempla uma fase de diálogo com os potenciais interessados, após a publicação do edital, na qual são apresentadas soluções técnicas para atender às necessidades da Administração.
(C) princípio aplicável a todas as modalidades licitatórias, voltado à escolha da melhor proposta do ponto de vista técnico e econômico, afastando, assim, o anterior paradigma de sigilo, em prol da ampla competitividade e transparência.
(D) fase introduzida na modalidade concorrência, posterior à apresentação das propostas, na qual, juntamente com os lances para redução do preço ofertado, são também apresentados possíveis ajustes na especificação técnica do objeto visando sua melhor execução.
(E) procedimento licitatório aplicável a projetos de infraestrutura contratados nas modalidades concessão administrativa e concessão patrocinada, que contempla proposta de manifestação de interesse dos potenciais licitantes, voltadas à definição de aspectos específicos da contratação, entre os quais a matriz de riscos.

4. (FCC - 2022)

A concorrência, modalidade de licitação prevista na Lei Federal nº 14.133/2021,

(A) configura regra geral para todas as aquisições e contratações realizadas pelo Poder Público, admitindo-se, excepcional e expressamente, a adoção de outra modalidade licitatória para casos específicos.
(B) admite o estabelecimento de diversos critérios de julgamento, a exemplo do maior preço e maior desconto, não sendo mais autorizado critério de técnica e preço, em prol do princípio da maior competitividade.
(C) é obrigatória para adoção do sistema de registro de preços, como forma de expressão dos princípios da maior competitividade e da maior vantajosidade à Administração pública.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(D) é preferencial ao pregão, por força de expressa disposição legal, destinada a permitir ampliação do número de competidores e admitir sigilo com relação aos valores das propostas.
(E) não é obrigatória para a alienação de bens imóveis pela Administração pública, mas sim para a contratação de serviços especiais de engenharia.

5. (FCC - 2025)
São modalidades de licitação, dentre outras,
(A) leilão e diálogo competitivo.
(B) leilão e cooperação.
(C) pregão e contratação.
(D) tomada de preços e concurso.
(E) concorrência e tomada de preços.

6. (FCC - 2025)
No tocante à concorrência, a Lei no 14.13312021 estabelece que tal modalidade
(A) será adotada sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
(B) adotará como critério obrigatório o menor preço ou o maior desconto, para o julgamento das propostas.
(C) será adotada para escolha de trabalho técnico, cientifico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.
(D) é obrigatória para licitações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto.
(E) poderá ser utilizada para registro de preços relativos à prestação de serviços, a obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras.

7. (FCC - 2026)
A Administração pública de determinado município precisa adquirir equipamentos eletrônicos e de informática para viabilizar o atendimento ao público em nova unidade de prestação de serviços para emissão de documentos, cuja inauguração está próxima.
Considerando que há necessidade de aquisição de muitos itens, estes que são encontrados em considerável número de fornecedores, a Administração
(A) poderá celebrar contratação direta, por inexigibilidade de licitação, caso seja possível identificar a disponibilidade de fornecimento de todos os itens por um único fornecedor.
(B) deve deflagrar procedimento de pregão, no qual devem estar objetivamente descritos os bens, separados por itens, com vistas à maior participação de interessados.
(C) pode realizar pregão eletrônico, desde que os bens, objetivamente descritos, estejam reunidos em um único lote, com vistas ao ganho de eficiência.
(D) deverá celebrar contratação emergencial, tendo em vista a falta de planejamento da Administração e a proximidade da inauguração da unidade.
(E) deverá realizar leilão, do tipo menor preço, tendo em vista se tratar da única modalidade licitatória que permite disputa entre os licitantes.

8. (FCC - 2022)
Suponha que a Administração intente selecionar leiloeiro oficial para proceder à alienação de ativos de sua titularidade. De acordo com as disposições da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, a seleção
(A) deve ser feita mediante diálogo competitivo, envolvendo ao menos 3 (três) interessados devidamente habilitados, sagrando- se vencedor o que apresentar a melhor combinação entre experiência prévia e valor da comissão requerida.
(B) poderá ser feita mediante chamamento público, recaindo a escolha sobre aquele que demonstrar maior experiência a partir da comprovação da condução de leilões bem sucedidos.
(C) deverá ser feita mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão, utilizando como critério de julgamento o maior desconto para as comissões a serem cobradas.
(D) deverá ser feita como etapa preliminar da própria modalidade leilão, quando da instauração do certame voltado à alienação dos ativos.
(E) sujeita-se a procedimento de pré-qualificação, em que são ranqueados, por ordem crescente de experiência e decrescente de comissão requerida, os leiloeiros credenciados para aturar por demanda da Administração.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - 2022)

Ao disciplinar o direito de greve dos servidores públicos, a Constituição Federal estabeleceu, expressamente, que "será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica". Quanto à sua capacidade de produção de efeitos, cuida-se de norma constitucional de eficácia

(A) limitada.
(B) contida.
(C) plena.
(D) programática.
(E) restringível.

2. (FCC - 2022)

A mutação constitucional pressupõe que

(A) deverá haver emenda constitucional ao texto.
(B) há nova constituição vigente.
(C) há nova interpretação sem alteração do texto.
(D) o que antes era legal, passou a ser ilegal.
(E) houve alteração formal da Constituição, por qualquer meio de revisão.

3. (FCC - 2025)

De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito,

(A) tendo como objetivos fundamentais, dentre outros: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização; e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
(B) regendo-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: prevalência dos direitos humanos; garantia do desenvolvimento nacional; não concessão de asilo político,
(C) devendo buscar exclusivamente a integração social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações,
(D) sendo Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público da União.
(E) sendo que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, não sendo possível o exercício do poder diretamente pelo povo.

4. (FCC - 2024)

Considere os seguintes princípios:

I. Intervenção. **II**. Vedação de concessão de asilo político. **III**. Solução pacifica de conflitos. **IV**. Prevalência dos direitos humanos.

Em conformidade com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros, pelos princípios constantes em

(A) **I, II e III**,apenas.
(B) **III e IV**, apenas.
(C) **II, III e IV**, apenas.
(D) **I, II, III e IV**.
(E) **I e II**, apenas.

5. (FCC - 2022)

Considere as seguintes situações hipotéticas envolvendo diretamente direitos e deveres individuais e coletivos:

I. Martin, brasileiro naturalizado, reside no Brasil, é casado com uma brasileira e tem filho brasileiro. Antes da naturalização brasileira, Martin cometeu um crime de roubo na cidade de Barcelona – Espanha, quando ainda residia naquele que é seu país de origem. Neste caso, não há qualquer óbice para Martin ser extraditado para a Espanha após o cumprimento de todos os trâmites legais necessários.

II. Thomas, alemão, reside e trabalha no Brasil desde o mês de Janeiro de 2021 em uma empresa multinacional. Em decorrência de um fato ocorrido no ano de 2019, Thomas responde a processo e é condenado no país de origem por um crime político e, consequentemente, poderá ser extraditado pelo Brasil para que cumpra a pena no seu país natal, após o cumprimento dos trâmites legais necessários.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

III. Mateo é brasileiro naturalizado desde o ano de 2019, e reside na cidade de Recife/PE. No ano de 2020 comprova-se o envolvimento de Mateo com o tráfico internacional de drogas em países da Europa. Pelo crime de tráfico de drogas, Mateo é processado e condenado a cumprir pena de seis anos de reclusão, em processo que tramitou na cidade de Milão, na Itália, seu país de origem. Neste caso, Mateo poderá ser extraditado para cumprir pena em seu país natal, após o cumprimento dos trâmites legais necessários.

À luz da Constituição Federal brasileira e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, está correto o que se afirma APENAS em

(A) **I** e **II**.
(B) **III**.
(C) **I**.
(D) **II** e **III**.
(E) **I** e **III**.

6. (FCC - 2022)

Nos termos do que dispõe a Constituição Federal,

(A) o Brasil rege-se nas relações internacionais pela defesa da igualdade de gênero.
(B) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.
(C) a República do Brasil tem como fundamento a não discriminação da mulher.
(D) é objetivo da República Federativa do Brasil erradicar a desigualdade entre homens e mulheres.
(E) a lei punirá como crime hediondo a violência contra a mulher baseada no gênero.

7. (FCC - 2024)

Um grupo de pessoas protetoras dos animais quer se reunir, pacificamente e sem armas, em um local aberto ao público para defender ideias que os beneficiam. Essa reunião pode ocorrer.

(A) desde que a convocação da reunião tenha sido realizada por uma associação criada e aprovada, na forma da lei, por autoridade competente, sendo apenas exigido prévio aviso a essa autoridade.
(B) desde que a convocação da reunião tenha sido realizada por uma associação criada e aprovada, na forma da lei, por autoridade competente, sendo apenas exigida autorização da parte desta.
(C) independentemente de autorização e de prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
(D) desde que haja autorização da autoridade competente e que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
(E) independentemente de autorização, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

8. (FCC - 2024)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, serão equivalentes às emendas constitucionais os tratados internacionais sobre direitos humanos:

(A) que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
(B) que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
(C) que forem aprovados, somente por uma das Casas do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
(D) que forem aprovados, somente por uma das Casas do Congresso Nacional, em turno único, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
(E) ratificados pelo Presidente da República Federativa do Brasil, independentemente de aprovação por qualquer das Casas do Congresso Nacional.

9. (FCC - 2024)

A Constituição Federal dispõe ser inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem

(A) do Ministério Público, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de instrução processual em que envolver a proteção de incapazes, do patrimônio público e social, e do meio ambiente.
(B) judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
(C) das autoridades públicas, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de obtenção de informações sensíveis à segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, bem como na investigação de crimes graves.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

1. (2026)

A fiscalização da Administração Pública compreende diferentes dimensões de análise, permitindo avaliar não apenas a regularidade dos registros e das operações, mas também a qualidade da gestão e os resultados alcançados. Considerando a integração entre as fiscalizações contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, assinale a alternativa correta.

(A) A fiscalização contábil é suficiente para comprovar a economicidade de todas as despesas públicas, dispensando avaliações operacionais.

(B) A fiscalização financeira restringe-se à análise dos bens permanentes pertencentes à Administração Pública.

(C) A fiscalização operacional examina o funcionamento de políticas, programas e processos administrativos, permitindo avaliar desempenho, resultados e adequação dos recursos empregados.

(D) A fiscalização patrimonial limita-se à conferência das dotações previstas na lei orçamentária.

(E) A fiscalização orçamentária substitui integralmente os controles contábil e financeiro quando a despesa possui autorização legislativa.

2. (2026)

O controle interno constitui componente essencial da estrutura de fiscalização da Administração Pública, apresentando caráter permanente e atuação relacionada à prevenção de riscos e ao aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos. Sobre sua organização e finalidade, assinale a alternativa correta.

(A) O controle interno integra a estrutura de cada Poder, acompanhando os atos de gestão e contribuindo para prevenir, detectar e corrigir falhas administrativas.

(B) O controle interno é exercido exclusivamente pelo Poder Executivo, cabendo aos demais Poderes apenas submeter suas contas ao controle externo.

(C) O controle interno somente pode atuar depois da conclusão dos atos administrativos, para preservar a autonomia dos gestores.

(D) O controle interno substitui a responsabilidade do administrador pela regularidade dos procedimentos realizados em sua unidade.

(E) O controle interno possui finalidade exclusivamente sancionatória, voltada à aplicação de penalidades aos agentes públicos.

3. (2026)

A organização constitucional do controle externo estabelece uma relação institucional entre o Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. Essa relação envolve competências próprias e complementares, que não devem ser confundidas com subordinação administrativa. Assinale a alternativa que apresenta corretamente essa estrutura.

(A) Os Tribunais de Contas integram o Poder Judiciário e exercem jurisdição judicial sobre os gestores públicos.

(B) O Poder Legislativo exerce controle externo exclusivamente mediante autorização dos Tribunais de Contas.

(C) Os Tribunais de Contas estão hierarquicamente subordinados às casas legislativas, que podem modificar livremente suas decisões técnicas.

(D) O controle externo é realizado exclusivamente por órgãos de auditoria interna vinculados ao Poder Executivo.

(E) O controle externo é exercido pelo Poder Legislativo com auxílio dos Tribunais de Contas, que possuem competências constitucionais próprias e autonomia funcional.

4. (2026)

A atuação dos Tribunais de Contas envolve o exame de contas de natureza distinta, exigindo identificação do objeto e da competência correspondente. A distinção entre contas de governo e contas de gestão apresenta consequências quanto ao pronunciamento produzido e à instância responsável pela decisão. Assinale a alternativa correta.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(A) As contas de governo são sempre julgadas diretamente pelos Tribunais de Contas, independentemente da atuação legislativa.
(B) As contas de governo recebem parecer prévio destinado a subsidiar o julgamento pelo Legislativo, enquanto as contas de gestão podem ser julgadas diretamente pela Corte de Contas, conforme sua competência.
(C) As contas de gestão possuem natureza exclusivamente política e não admitem exame técnico.
(D) As contas de governo correspondem apenas à análise de contratos administrativos individualizados.
(E) As contas de gestão e de governo possuem necessariamente o mesmo procedimento e a mesma autoridade julgadora.

5. (2026)

A fiscalização exercida pelos Tribunais de Contas alcança diferentes sujeitos relacionados à utilização de recursos públicos. A definição dos responsáveis submetidos ao controle deve observar a natureza da relação estabelecida com bens, valores e obrigações públicas. Assinale a alternativa correta.

(A) Somente servidores ocupantes de cargos efetivos estão sujeitos à fiscalização dos Tribunais de Contas.
(B) Pessoas jurídicas privadas não podem ser fiscalizadas, mesmo quando administram recursos públicos.
(C) A competência fiscalizatória depende exclusivamente da posição hierárquica ocupada pelo agente na Administração.
(D) A fiscalização pode alcançar agentes e particulares que administrem, guardem, arrecadem ou utilizem recursos públicos, conforme sua relação concreta com esses recursos.
(E) A obrigação de prestar contas limita-se aos agentes responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis.

6. (2026)

No processo de controle externo, a formação da convicção do órgão fiscalizador depende de instrução adequada, reunião de evidências e delimitação dos fatos examinados. A respeito dos requisitos necessários para uma decisão tecnicamente fundamentada, assinale a alternativa correta.

(A) A identificação de qualquer irregularidade formal autoriza presumir automaticamente a existência de dano ao erário.
(B) A instrução processual deve identificar os fatos, o período, os responsáveis envolvidos e os possíveis efeitos, assegurando coerência entre as evidências e a conclusão.
(C) A responsabilização pode decorrer exclusivamente da posição hierárquica ocupada pelo agente, independentemente de sua participação.
(D) A insuficiência de documentos pode ser suprida por presunções desfavoráveis ao interessado, sem necessidade de fundamentação.
(E) A manifestação dos responsáveis é dispensável quando a fiscalização dispõe de relatório técnico preliminar.

7. (2026)

A prestação de contas e a tomada de contas representam instrumentos de fiscalização relacionados ao dever de demonstrar a aplicação de recursos públicos. Embora possuam finalidades próximas, apresentam diferenças quanto à origem da apuração. Assinale a alternativa correta.

(A) A tomada de contas é utilizada exclusivamente para verificar o cumprimento de recomendações de auditoria.
(B) A prestação de contas somente ocorre quando existe dano patrimonial comprovado.
(C) A prestação de contas é necessariamente instaurada de ofício pelo Tribunal de Contas diante de irregularidade.
(D) A tomada de contas dispensa a identificação dos responsáveis quando existe prejuízo financeiro.
(E) A prestação de contas decorre ordinariamente da apresentação regular de informações pelo responsável, enquanto a tomada de contas pode ser instaurada diante de omissão, irregularidade relevante ou indício de dano.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1. (FCC - 2022)

O chamado “orçamento de desempenho” é caracterizado por

(A) todos os programas serem justificados a cada novo ciclo orçamentário.

(B) ser elaborado a partir de ajustes marginais nas rubricas de receita e despesa.

(C) partir de um quantitativo financeiro fixo, obtido mediante aplicação de percentual linear.

(D) ser mais rapidamente elaborado que nas demais técnicas.

(E) se orientar mais pelo resultado do gasto do que pela natureza do que é autorizado.

2. (FCC - 2026)

Zero, etc)

O orçamento-programa, dentre outros aspectos,

(A) é o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização.

(B) tem como intuito o controle e a avaliação sobre a honestidade dos agentes governamentais.

(C) visa, com a alocação de recursos, à aquisição de meios.

(D) tem como estrutura a ênfase nos aspectos contábeis de gestão.

(E) não é acompanhado de medição do trabalho, pois se liga a aspectos futuros.

3. (FCC - 2024)

Zero, etc)

O orçamento público tem superado a condição de mera lista autorizativa de gastos, centrada em meios da administração pública. O chamado “orçamento moderno” paulatinamente aproxima os fins a alcançar na peça orçamentária. Considere as quatro técnicas orçamentárias abaixo:

I. orçamento incremental;

II. orçamento programa;

III. orçamento tradicional;

IV. orçamento de desempenho.

Estão associadas ao chamado “orçamento moderno” as técnicas que constam **APENAS** em

(A) **I** e **IV**.

(B) **I** e **II**.

(C) **I** e **III**.

(D) **II** e **IV**.

(E) **III** e **IV**.

4. (FCC - 2024)

Zero, etc)

Carlos, gestor público experiente, está elaborando um orçamento para seu órgão público. Nesse processo, ele decide integrar o planejamento estratégico da instituição ao planejamento orçamentário, de forma a alinhar os recursos com os objetivos institucionais. Por essa razão, ele organiza o orçamento que ajuda a monitorar e alocar os recursos disponíveis. Carlos também não esqueceu de elaborar bons indicadores para acompanhar e medir os resultados, tudo em respeito aos primados da eficiência, eficácia e efetividade. Para otimizar os recursos disponíveis, analisa diversas alternativas e indaga sobre os custos envolvidos, buscando boa relação custo- benefício, enfatizando a importância do aspecto administrativo para uma ,gestão eficiente do orçamento. Com base no texto, o orçamento elaborado por Carlos reflete as principais características do orçamento:

(A) contemporâneo

(B) programa.

(C) desempenho.

(D) base- zero.

(E) participativo.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

5. (FCC - 2022)

A respeito dos princípios aplicáveis ao Orçamento Público,

(A) o Plano Plurianual constitui uma exceção ao princípio da anualidade, eis que contempla créditos orçamentários com vigência para dois exercícios, prorrogável por igual período.

(B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é expressão do princípio da unicidade, eis que editada conjuntamente com a Lei Orçamentária Anual (LOA), integrando- a como anexo obrigatório.

(C) em observância ao princípio da especificação, são vedadas dotações genéricas ou globais, o que não afasta a previsão na Lei Orçamentária de reserva de contingência, consistente em um percentual sobre a receita corrente líquida.

(D) o princípio do equilíbrio veda a possibilidade de encerramento da execução anual com déficit orçamentário ou financeiro, obrigando, em tal situação, a abertura de créditos extraordinários.

(E) o princípio da anualidade impede que as despesas empenhadas e liquidadas em um exercício sejam pagas em exercício subsequente na forma de restos a pagar, os quais devem ser cancelados até o primeiro quadrimestre do exercício subsequente.

6. (FCC - 2026)

No que se refere aos princípios orçamentários, o princípio da

(A) anualidade, que estabelece como regra que os orçamentos valerão para um único exercício financeiro, sofreu mitigação pela Constituição Federal na medida da previsão do Plano Plurianual e passa a ser denominado também como princípio da programação.

(B) programação estabelece que os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e, exceto pelo orçamento da Seguridade Social, a Lei Orçamentária Anual (LOA) terá entre suas funções a de reduzir desigualdades interregionais, segundo critério populacional.

(C) exclusividade veda qualquer dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, excluindo da proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, exceto a por antecipação de receita.

(D) universalidade, que estabelece a necessidade de todas as receitas e despesas estarem previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA), impossibilitando, dessa forma, a criação e a exigência de tributo após a aprovação da lei orçamentária que não o contemple.

(E) uniformidade, que estabelece a necessidade de um único orçamento para cada ente da federação no ano, sofreu relativização pela Constituição Federal de 1988 na medida da presença de orçamentos específicos tais como fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, fundações, empresas investidas e Seguridade Social.

7. (FCC - 2022)

No que concerne ao regramento de execução orçamentária, constitui exceção à regra geral que predica que os créditos vinculam- se ao exercício orçamentário em que foram autorizados:

(A) os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício, reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao exercício subsequente.

(B) as despesas de caráter continuado, que podem ser cobertas com créditos autorizados no exercício findo, independentemente da inscrição em restos a pagar.

(C) aqueles gerados por operações de crédito, que subsistem até a liquidação integral do serviço da dívida.

(D) os provenientes de alienação de ativos, cuja fonte corresponde a receita de capital que tem como contrapartida uma baixa patrimonial.

(E) aqueles destinados a despesas decorrentes de ações e metas que integram o Plano Plurianual.

8. (FCC - 2025)

Extrai-se da disciplina constitucional e legal que informa os orçamentos públicos, tanto em sua elaboração como em relação à execução orçamentária, determinados princípios reitores, entre os quais o princípio

(A) da não-afetação ou não-vinculação, o qual, contudo, não impede o oferecimento de produto de imposto do ente como pagamento, garantia ou contragarantia prestada à União.

(B) da anualidade, que predica a vigência anual da Lei Orçamentária e proíbe que créditos especiais autorizados nos últimos 4 (quatro) meses do ano sejam reabertos no exercício seguinte.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

1. (2026)

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) constitui um instrumento essencial para a organização dos registros contábeis das entidades públicas brasileiras. Sua utilização permite que informações produzidas por diferentes órgãos e entes federativos sejam estruturadas segundo critérios uniformes, contribuindo para a transparência, a comparabilidade e a consolidação nacional das contas públicas. Considerando a finalidade e a abrangência desse instrumento, assinale a alternativa correta.

(A) O PCASP destina-se exclusivamente ao registro de receitas e despesas orçamentárias, sem contemplar informações patrimoniais.

(B) A adoção do PCASP é facultativa para entidades públicas que possuam sistemas próprios de escrituração contábil.

(C) O PCASP estabelece uma estrutura padronizada de contas que favorece a uniformização dos registros e a consolidação das informações contábeis públicas.

(D) A principal finalidade do PCASP consiste em substituir as demonstrações contábeis por relatórios administrativos simplificados.

(E) O PCASP impede a utilização de informações patrimoniais na avaliação dos resultados da gestão pública.

2. (2026)

No âmbito da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a conta contábil representa um instrumento fundamental para a identificação, classificação e mensuração dos elementos patrimoniais e de suas variações. A adequada utilização das contas permite registrar os acontecimentos administrativos e produzir informações capazes de representar a situação econômica das entidades governamentais. Sobre o conceito e a função das contas contábeis, assinale a alternativa correta.

(A) As contas contábeis constituem instrumentos de registro que representam qualitativa e quantitativamente os elementos patrimoniais e suas alterações.

(B) As contas contábeis são utilizadas apenas para identificar valores arrecadados durante determinado exercício financeiro.

(C) A função das contas contábeis restringe-se à emissão de documentos comprobatórios de pagamentos realizados.

(D) As contas contábeis não possuem relação com a mensuração das obrigações assumidas pela administração pública.

(E) A classificação das contas contábeis independe da natureza dos eventos registrados e de seus efeitos sobre o patrimônio.

3. (2026)

A teoria das contas fornece fundamentos para compreender a organização dos registros contábeis e a maneira como diferentes acontecimentos afetam a situação patrimonial de uma entidade pública. Nesse contexto, a distinção entre contas patrimoniais e contas de resultado permite analisar tanto a posição do patrimônio em determinado momento quanto as alterações ocorridas ao longo do exercício. Assinale a alternativa que apresenta corretamente essa distinção.

(A) As contas patrimoniais registram exclusivamente receitas tributárias, enquanto as contas de resultado representam apenas disponibilidades financeiras.

(B) As contas patrimoniais demonstram somente despesas orçamentárias, enquanto as contas de resultado identificam bens e direitos.

(C) As contas patrimoniais são utilizadas exclusivamente para registrar compromissos futuros, sem relação com a situação econômica atual.

(D) As contas de resultado representam exclusivamente obrigações exigíveis perante terceiros.

(E) As contas patrimoniais representam ativo, passivo e patrimônio líquido, enquanto as contas de resultado evidenciam variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

4. (2026)

A padronização contábil no setor público brasileiro busca superar dificuldades relacionadas à diversidade de procedimentos utilizados por entidades governamentais. A adoção de critérios uniformes contribui para o acompanhamento dos recursos públicos, a avaliação dos resultados da administração e a elaboração de informações consolidadas. Considerando os benefícios dessa padronização, assinale a alternativa correta.

(A) A padronização elimina a necessidade de documentação comprobatória dos fatos administrativos.

(B) A uniformização dos registros facilita a comparação entre entidades e períodos, reduz inconsistências e fortalece a transparência das contas públicas.

(C) A padronização impede que diferentes entes federativos apresentem informações sobre suas particularidades patrimoniais.

(D) A uniformização contábil determina que todas as entidades públicas apresentem resultados financeiros idênticos.

(E) A padronização dispensa a observância das normas contábeis aplicáveis ao setor público.

5. (2026)

O PCASP integra um conjunto de instrumentos normativos e orientações técnicas destinados à organização da contabilidade governamental. Entre esses instrumentos encontram-se o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) , as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) , a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Sobre essa integração normativa, assinale a alternativa correta.

(A) O PCASP substitui integralmente as NBC TSP e dispensa a aplicação das normas de contabilidade pública.

(B) O MCASP trata exclusivamente de procedimentos administrativos, sem apresentar orientações relacionadas aos registros contábeis.

(C) A Lei nº 4.320/1964 impede a utilização de estruturas padronizadas de contas na administração pública.

(D) O PCASP deve ser utilizado de maneira articulada às normas e orientações contábeis, garantindo consistência aos registros e à evidenciação das informações públicas.

(E) As NBC TSP são aplicáveis exclusivamente às empresas privadas que mantêm contratos com a administração pública.

6. (2026)

O sistema contábil do setor público deve produzir informações capazes de representar diferentes dimensões da atividade governamental. Para isso, a organização dos registros contempla aspectos orçamentários, patrimoniais, de controle e de custos, permitindo compreender os efeitos dos atos e fatos administrativos. Considerando as funções tradicionalmente atribuídas aos subsistemas contábeis, assinale a alternativa correta.

(A) O subsistema patrimonial destina-se exclusivamente à elaboração de demonstrativos sobre a previsão de receitas.

(B) O subsistema de custos registra apenas compromissos administrativos que não produzem efeitos financeiros.

(C) O subsistema de controle substitui integralmente os registros orçamentários e patrimoniais.

(D) O subsistema orçamentário é responsável apenas pela identificação de bens imóveis pertencentes à entidade pública.

(E) O subsistema de custos destina-se à mensuração dos custos dos serviços públicos, contribuindo para a avaliação da utilização dos recursos governamentais.

7. (2026)

Uma entidade pública realiza operações que podem produzir efeitos simultâneos sobre a execução do orçamento, a composição do patrimônio e os mecanismos de controle administrativo. A adequada representação contábil dessas operações exige integração entre diferentes conjuntos de registros. Considerando essa característica da contabilidade governamental, assinale a alternativa correta.

(A) Um acontecimento administrativo deve ser registrado exclusivamente em uma dimensão contábil, ainda que produza efeitos distintos.

(B) A integração dos registros permite evidenciar diferentes dimensões de um mesmo evento, proporcionando visão mais abrangente da gestão pública.

(C) Os registros patrimoniais somente podem ser realizados após o encerramento do exercício financeiro.

(D) Os registros de controle tornam desnecessário o reconhecimento de obrigações patrimoniais.

(E) A execução orçamentária deve ser contabilizada independentemente de seus possíveis reflexos patrimoniais.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. (FCC - 2024)

São considerados stakeholders do Mercado de Produtos os

(A) gestores.
(B) acionistas.
(C) sindicatos.
(D) bancos.
(E) funcionários.

2. (FCC - 2026)

Para cumprir as funções administrativas, o administrador desempenha, segundo Mintzberg, papéis específicos divididos em categorias, das quais a categoria interpessoal requer um papel de

(A) negociação.
(B) representação.
(C) monitoração.
(D) disseminação.
(E) porta-voz.

3. (FCC - 2024)

No que concerne as diferentes atividades envolvidas no processo organizacional, o fenômeno conhecido como ajuste espontâneo opera no âmbito:

(A) do controle, representando as medidas de correção de rota que os gestores indicam à sua equipe para ajustar as ações às metas traçadas.
(B) da avaliação, presente quando fatores exógenos impedem total ou parcialmente o atingimento de metas, que precisam, assim, ser redimensionadas.
(C) do planejamento, consistente na concatenação entre os objetivos estratégicos, táticos e os operacionais.
(D) da direção, denotando o grau de observância dos subordinados aos comandos recebidos de seus superiores.
(E) da coordenação, decorrente da comunicação entre os responsáveis pelas atividades em relações que não implicam subordinação.

4. (FCC - 2024)

A retroação da ação empresarial reflete o processo administrativo de

(A) operação.
(B) organização.
(C) planejamento.
(D) direção.
(E) controle.

5. (FCC - 2022)

É(São) exemplo(s) de convergência de práticas entre a Administração pública direta e a iniciativa privada:

(A) avaliação por resultados e participação nos lucros.
(B) participação nos lucros e demissão sem justa causa.
(C) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e avaliação por resultados.
(D) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e demissão sem justa causa.
(E) participação nos lucros.

6. (FCC - 2022)

Embora a ciência da administração se funde em conhecimentos comuns, é necessário conceber diferenças entre administração pública e administração privada, por exemplo:

(A) na administração pública não se exige desempenho dos funcionários, enquanto na administração privada é possível exigir cumprimento de metas e objetivos.
(B) a administração pública tem como objetivo o bem-estar do governo, enquanto a administração privada tem como objetivo o bem-estar da coletividade.
(C) a administração pública é financiada principalmente pela receita operacional, enquanto a administração privada é financiada principalmente pela receita tributária.
(D) a administração pública somente pode admitir pessoal por concurso público, vedada a investidura exclusivamente em comissão, enquanto a administração privada pode admitir pessoal sem processo seletivo prévio.
(E) a administração pública opera sob a regra geral da publicidade, enquanto a administração privada opera sob a regra geral do segredo de negócio.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

7. (FCC - 2023)

Os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando a sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. Trata-se de um dos pilares da governança denominado

(A) responsabilidade empresarial.
(B) accountability.
(C) equidade.
(D) transparência.
(E) compliance.

8. (FCC - 2024)

A governança tem função

(A) executora.
(B) avaliadora.
(C) concretizadora.
(D) realizadora.
(E) direcionadora.

9. (FCC - 2026)

A administração gerencial tem como uma de suas características

(A) o clientelismo.
(B) o autoritarismo.
(C) o favoritismo,
(D) a terceirização de atividades.
(E) o profissionalismo.

10. (FCC - 2023)

A utilização do Balanced Scorecard (BSC) como ferramenta de planejamento estratégico prioriza o equilíbrio organizacional a partir das perspectivas

(A) financeira; dos clientes; dos processos internos; e do aprendizado/crescimento.
(B) econômica circular; da responsabilidade social, ambiental e de sustentabilidade.
(C) da governança interna; da comunicação; da qualidade e dos resultados financeiros.
(D) da visão de futuro; da missão institucional; dos valores e da cultura organizacional.
(E) de curto, médio e longo prazo, considerando as ameaças e oportunidades vigentes.

11. (FCC - 2025)

Considere que o Tribunal Regional do Trabalho está utilizando o Balanced Scorecard (BSC) para alinhar suas atividades estratégicas e melhorar o desempenho institucional. Durante uma reunião de planejamento, os gestores e analistas discutiram diferentes abordagens para aplicar o BSC. Um dos Analistas fez uma observação correta ao afirmar que, para utilizar o BSC adequadamente, é necessário

(A) priorizar a perspectiva de aprendizado e crescimento para capacitar funcionários em tecnologias que visem o core de custos e a eficiência financeira para otimizar o orçamento do Tribunal. Manter, nesta perspectiva, o foco na operação, visando aprimoramento da qualidade e do tempo de resposta aos cidadãos.
(B) concentrar-se na perspectiva de processos internos e externos, buscando o aumento da produtividade no julgamento de processos, considerando que isso pode impactar os cidadãos, que são os usuários do serviço. Manter, nesta perspectiva, o foco na satisfação dos usuários, em relação a critérios previamente estabelecidos.
(C) valorizar a perspectiva de clientes e usuários ao definir objetivos focados na satisfação dos funcionários do Tribunal. Os cidadãos e outros stakeholders devem ser contemplados na perspectiva aprendizado e crescimento.
(D) definir objetivos estratégicos, englobando as quatro perspectivas do BSC, de forma que cada objetivo possa apoiar o avanço em uma ou mais perspectivas. A perspectiva financeira deve analisar os impactos das decisões estratégicas nas metas estabelecidas.
(E) focar na perspectiva financeira ao estabelecer indicadores de processos administrativos, priorizando o uso do BSC como uma ferramenta voltada para o gerenciamento de recursos. Manter, nesta perspectiva, o foco em inovação, para atender às necessidades dos cidadãos e pensar sempre à frente.

12. (FCC - 2026)

Um dos pré-requisitos para a elaboração do BSC é a análise das cinco forças competitivas e sua dinâmica nos diversos setores de atividades organizacionais. Sob a perspectiva financeira do BSC, o impacto que pode exigir um repasse do aumento de custos nos preços dos produtos refere-se à força:

(A) Poder de barganha dos compradores.
(B) Poder de barganha dos fornecedores.
(C) Rivalidade existente.
(D) Novos entrantes.
(E) Substitutos.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

1. (FCC - 2022)

A Teoria de Administração que teve como um de seus principais enfoques a organização formal foi a

(A) de relações humanas.
(B) de administração científica.
(C) neoclássica.
(D) clássica.
(E) estruturalista.

2. (FCC - 2025)

Em se tratando de estrutura organizacional, a estrutura funcional é aquela conhecida como a que

(A) se baseia em estrutura hierárquica das funções.
(B) divide a empresa em departamentos.
(C) se baseia na multidisciplinaridade liderada por gerentes.
(D) divide frentes de produção.
(E) permite o trabalho em modelo home office.

3. (FCC - 2026)

A estrutura matricial de liderança é aquela em que

(A) tem-se uma lenta interação entre os departamentos, mas com comunicação clara.
(B) organizam-se equipes por especializações, aumentando a eficiência.
(C) cria-se uma interdependência entre áreas, promovendo colaboração e adaptação.
(D) valoriza-se a colaboração, diminuindo a hierarquia, tornando a responsabilidade essencial.
(E) os colaboradores têm mais autonomia, aumentando o engajamento.

4. (FCC - 2025)

Uma entidade que ostente estrutura matricial apresenta como traço característico, presente em tal tipo de estrutura organizacional, os denominados centros de resultados, os quais

(A) são órgãos de duração temporária, atrelada ao respectivo projeto.
(B) são os órgãos centrais ou fixos presentes na departamentalização geográfica ou por clientes.
(C) correspondem aos órgãos que estabelecem as metas para cada departamento.
(D) são os órgãos permanentes da organização responsáveis por geração de caixa.
(E) correspondem aos órgãos de apoio resultantes da departamentalização por produto.

5. (FCC - 2023)

Suponha que determinada organização apresente estrutura do tipo funcional, sendo que a consultoria contratada para proceder à reestruturação organizacional da referida entidade propôs modificações para que a mesma passe a ostentar uma estrutura do tipo matricial, a fim de "conferir maior flexibilidade". Tendo em vista as conceituações correntes na doutrina a respeito de ambos os tipos de estrutura, a proposta da consultoria

(A) afigura-se adequada, eis que a estrutura funcional, em razão da existência dos denominados centros de resultados. ligados diretamente à área financeira e desvinculados da execução de projetos e das demais atividades especializadas, conferem elevado grau de engessamento à organização.
(B) apresenta coerência, na medida em que a estrutura matricial, dotada de órgãos de duração temporária e vinculados à duração de projetos, mostra-se mais flexível que a do tipo funcional, dado que esta última não possui tal peculiaridade,
(C) possui poucas chances de sucesso, eis que a adoção de uma estrutura matricial somente se justifica em cenários de alta contingência, nos quais é necessário abandonar estruturas departamentalizadas, passando todos os órgãos da entidade a atuar de forma fungível, sem atribuições fixas.
(D) mostra-se equivocada, eis que a estrutura do tipo funcional possui muito mais flexibilidade do que a matricial, eis que permite a apuração de resultados por unidades dotadas de autonomia financeira e operacional.
(E) não é capaz de conferir o maior grau de flexibilidade possível à organização, embora pertinente, sendo mais adequado para atingir tal objetivo a adoção de uma estrutura do tipo divisional, composta por centros de resultados vinculados à execução de projetos.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

6. (FCC - 2025)

No que concerne aos tipos de estrutura organizacional apontados pela doutrina, tem-se que a estrutura matricial diferencia-se da estrutura divisional

(A) por ser dotada de maior flexibilidade, possuindo centros de resultados com prazo de duração atrelado à vigência do respectivo projeto.

(B) exclusivamente em relação ao nível de departamentalização, apresentando-se como uma estrutura menos verticalizada e com um único nível hierárquico.

(C) pela sistemática de apuração dos resultados, sendo que na divisional o lucro é aferido de forma centralizada e na matricial essa aferição se dá por unidades autônomas.

(D) pelo critério de departamentalização, sendo a divisional departamentalizada pelo critério funcional enquanto a matricial adota o critério geográfico, com matriz e filiais.

(E) precipuamente em face do sistema contábil adotado, sendo que a matricial apura lucro ou prejuízo por produto e a divisional por unidade de produção.

7. (FCC - 2023)

Considere que determinada entidade tenha optado por remodelar sua estrutura organizacional de molde a torná-la mais aderente a uma atuação pautada em projetos, evitando onerar estruturas permanentes com ações ou atividades que só se justificam em face de cada projeto. Nesse contexto, o(s) tipo(s) de estrutura(s) potencialmente hábil(hábeis) a atender tais objetivos é(são)

(A) Divisional, por se tratar de estrutura que demanda menos dos órgãos especializados, inclusive apurando resultados de forma centralizada, utilizando-se da figura de centro de resultados.

(B) Matricial, eis que possui como traço diferencial a existência de órgãos de duração atrelada ao prazo de execução de projeto, denominados centros de resultados, adicionalmente aos órgãos de apoio funcional, estes de natureza permanente.

(C) Funcional, que se apresenta como o tipo de estrutura de maior flexibilidade, na qual os órgãos não são dotados de atribuição específica e cuja função depende de cada projeto gerido.

(D) Contingencial, que permite a transformação permanente de estruturas a partir do denominado ajuste espontâneo, operado entre os responsáveis pelas funções específicas de cada departamento.

(E) Divisional ou Funcional, eis que ambas operam de acordo com a sistemática de centros de resultados, que podem ser remodelados a cada projeto, sendo a funcional dotada de maior especialização técnica.

8. (FCC - 2026)

Entre os diferentes tipos de estrutura organizacional, tem-se que a estrutura matricial se diferencia do tipo divisional, entre outros aspectos, em face da

(A) prevalência do órgão central, encarregado da apuração de resultados para toda a estrutura.

(B) ausência de centros de custos definidos, eis que os lucros ou prejuízos são apurados por estimativa.

(C) presença de uma estrutura compartimentada e hierarquizada, na qual os órgãos não possuem nenhum grau de autonomia.

(D) existência de órgãos com duração limitada à existência de projetos, denominados centros de resultados.

(E) departamentalização pelo critério finalístico, ao contrário da divisional, em que o critério adotado é o funcional.

9. (FCC - 2025)

Em um modelo de gestão estratégica de pessoas, pautado pela descentralização que lhe é própria, a denominada função de staff

(A) tornou-se desnecessária, eis que área de gestão de pessoas no modelo estratégico não é incumbida de atividades dessa natureza.

(B) deixa de ser realizada internamente e passa a ser provida por terceiros, de forma a não sobrecarregar desnecessariamente a organização.

(C) resume-se à atuação da área de Recursos Humanos na seleção e recrutamento de pessoal para as vagas disponíveis na organização.

(D) passa a ser uma das atribuições dos gestores de projetos, os quais ficam responsáveis por gerenciar integralmente às recursos humanos alocados ao projeto.

(E) é exercida pela área de gestão de pessoas, diversamente da autoridade de linha, esta que compete aos gestores das diversas áreas da organização.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA

1. (FCC - 2022)

O planejamento organizacional voltado para a visão futura do órgão, de nível geral e com alcance de longo prazo corresponde ao seu nível

(A) estratégico.
(B) operacional.
(C) tático.
(D) intermediário.
(E) final.

2. (FCC - 2022)

O planejamento estratégico dos órgãos públicos

(A) se concentra nos problemas que a organização experimenta diuturnamente.
(B) busca a superação de objetivos imediatos.
(C) é caracterizado por um regime em que as metas não são fixas.
(D) parte de uma identificação sistemática de pontos fortes e fracos.
(E) procura identificar, internamente na organização, quais são as ameaças e quais são as oportunidades.

3. (FCC - 2025)

Determinada organização que esteja considerando adotar a Matriz GUT ou a Matriz SWOT, como ferramentas de gestão e planejamento estratégico, deverá considerar que

(A) a aplicação da Matriz GUT deverã sempre preceder a da Matriz SWOT. eis que é voltada ao diagnóstico, enquanto a Matriz SWOT é aplicável à mensuração de resultados.
(B) a Matriz SWOT é mais apropriada para análise de cenários, enquanto a Matriz GUT presta-se à ponderação de riscos. sendo complementares.
(C) a Matriz SWOT é uma metodologia de análise de risco muito utilizada no planejamento de empresas, que aponta apenas as ameaças externas.
(D) enquanto a Matriz GUT é focada no ambiente externo, de ameaças e oportunidades, a Matriz SWOT aponta apenas as !orças e fraquezas Internas.
(E) a Matriz GUT é uma ferramenta de gestão que consiste em analisar problemas conforme três variáveis: gravidade, urgência e tendência.

4. (FCC - 2023)

No processo de planejamento estratégico, a etapa de diagnóstico pode ser facilitada pela utilização de uma matriz SWOT, ferramenta que apresenta

(A) a visualização das dimensões estratégicas, táticas, técnicas e operacionais do planejamento a ser estabelecido.
(B) o mapeamento das ações de curto, médio e longo prazo e o respectivo cronograma de implementação.
(C) a fixação de metas globais e indicadores de desempenho individuais, que expressam objetivos claros e mensuráveis.
(D) a visualização das ameaças e oportunidades existentes e das forças e fraquezas presentes da organização.
(E) a missão e visão da organização, conectadas por guias operacionais que representam vetores de crescimento.

5. (FCC - 2022)

Considere que, como etapa inicial de seu planejamento estratégico, determinada organização pretenda identificar a sua missão e a sua visão, o que significa conhecer:

I. A razão de ser da organização, expressando o que faz e porque existe.
II. Como a organização deseja ser reconhecida no futuro.
III. As forças e fraquezas da organização.
IV. Os desafios e oportunidades presentes no cenário externo.

Está correto que se afirma APENAS em

(A) **III** e **IV**.
(B) **I** e **II**.
(C) **I** e **IV**.
(D) **II** e **IV**.
(E) **I** e **III**.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

6. (FCC - 2023)

O termo ESG **NÃO** é um conceito em si, mas

(A) uma prática no nível da dimensão interna, em que se espera que a organização promova relações éticas e sustentáveis com seus colaboradores e fornecedores.

(B) um acrônimo adotado pelo mercado para destacar um conjunto de práticas e ferramentas que serve para avaliar a sustentabilidade corporativa.

(C) um modelo que determina e atribui os papéis e responsabilidades dos conselhos de administração e da diretoria executiva da organização.

(D) um conjunto de métricas que mensuram os impactos ambientais na cadeia produtiva da organização.

(E) um direcionador da alocação de recursos para benefício da sociedade que está vinculado ao modelo de negócio da organização.

7. (FCC - 2026)

O planejamento estratégico perpassa pela compreensão do ambiente em que a empresa atua. Para isso, realiza-se o diagnóstico externo, no qual uma das dimensões analisadas toma por consideração as forças competitivas que moldam o retorno esperado do setor.

Essas forças integram a dimensão do ambiente externo denominada

(A) sequencial.

(B) contextual.

(C) estrutural.

(D) operacional.

(E) transacional.

8. (FCC - 2023)

O conceito de materialidade oferece insumos para a condução estratégica e deve ser considerado dentro do processo de planejamento estratégico da organização. A partir das metas de ESG, esse conceito ganhou uma ampliação denominada de “dupla materialidade”, que abrange duas perspectivas:

(A) investimentos em inovação tecnológica e filantropia.

(B) regionais e globais.

(C) políticas e sociais.

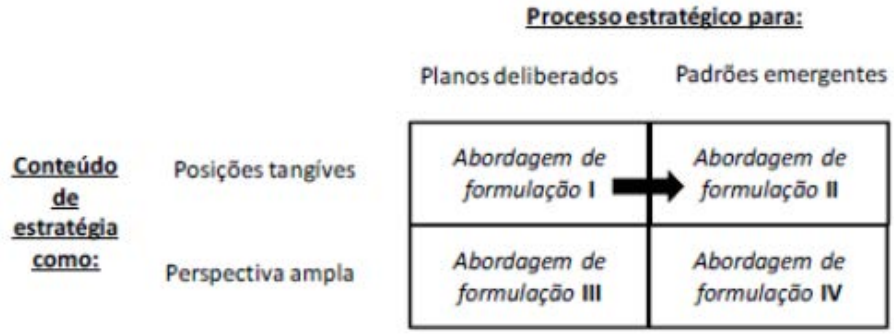
(D) financeiras e de impacto para a sociedade e planeta.

(E) investimentos em recuperação de áreas degradadas e redução de externalidades.

9. (FCC - 2023)

Em uma reunião para definir o rumo estratégico da empresa, um analista fundamentou-se nos “5P’s” e nas abordagens genéricas de Mintzberg, para tentar convencer a alta gestão quanto à necessidade de mudança na abordagem de formulação da estratégia da empresa. Ele apresentou sua proposta à diretoria conforme a figura abaixo.

A seta indica a sugestão apresentada pelo analista: Da “abordagem de formulação I” para “abordagem de formulação II”, que corresponde à mudança de



Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

1. (2026)

O comportamento organizacional constitui um campo de estudo que busca compreender a influência de fatores individuais, grupais e organizacionais sobre as ações e os resultados no ambiente de trabalho. Considerando a interação entre as características pessoais e as condições institucionais, assinale a alternativa correta.

(A) O comportamento profissional é determinado exclusivamente pela personalidade, independentemente das condições de trabalho.

(B) As normas institucionais produzem comportamentos uniformes, mesmo quando existem diferenças entre equipes e indivíduos.

(C) O comportamento organizacional resulta da interação entre características individuais, relações grupais e condições estruturais da organização.

(D) A análise organizacional deve concentrar-se exclusivamente nos resultados financeiros, desconsiderando os processos humanos.

(E) A existência de procedimentos formais elimina a influência das percepções e das experiências individuais.

2. (2026)

Uma organização identificou atrasos recorrentes na execução de atividades que dependem de diferentes departamentos. A investigação revelou dificuldades individuais de aprendizagem, falhas na comunicação entre equipes e procedimentos institucionais incompatíveis. Considerando os níveis de análise do comportamento organizacional, assinale a alternativa que apresenta a interpretação mais adequada.

(A) O problema exige análise integrada dos níveis individual, grupal e organizacional, pois suas causas envolvem competências, relações e processos.

(B) O problema pertence exclusivamente ao nível individual, uma vez que qualquer dificuldade operacional resulta da atuação dos empregados.

(C) A situação deve ser analisada apenas no nível grupal, pois procedimentos organizacionais não interferem na comunicação.

(D) Os três níveis são independentes, de modo que intervenções em um deles não produzem efeitos sobre os demais.

(E) A análise organizacional deve limitar-se à estrutura hierárquica, sem considerar competências e relações interpessoais.

3. (2026)

Durante a implantação de um novo sistema de atendimento, determinados funcionários apresentaram dificuldades para cumprir os procedimentos estabelecidos. A chefia interpretou inicialmente a situação como resistência deliberada, mas verificou posteriormente que parte da equipe não havia recebido treinamento suficiente. Considerando os processos de percepção e atribuição de causas, assinale a alternativa correta.

(A) A percepção dos gestores é sempre objetiva, pois decorre diretamente da observação dos acontecimentos.

(B) A resistência aparente demonstra necessariamente ausência de comprometimento profissional.

(C) A identificação de dificuldades técnicas deve ser desconsiderada quando existe descumprimento de procedimentos.

(D) As atribuições de causas devem priorizar características pessoais, pois fatores situacionais possuem influência secundária.

(E) A avaliação do comportamento deve considerar circunstâncias, recursos disponíveis e obstáculos antes de atribuir causas exclusivamente pessoais.

4. (2026)

A aprendizagem organizacional cotidiana ocorre não apenas por treinamentos formais, mas também pela observação das práticas aceitas e das consequências atribuídas aos comportamentos. Em uma instituição, diferentes supervisores passaram a exigir procedimentos contraditórios para a mesma atividade. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(A) A divergência entre supervisores facilita a aprendizagem porque elimina padrões fixos de comportamento.
(B) A inconsistência das orientações aumenta a ambiguidade e dificulta a formação de expectativas seguras sobre a execução das tarefas.
(C) A aprendizagem depende exclusivamente da repetição mecânica das atividades, sem influência do retorno recebido.
(D) As normas informais deixam de influenciar comportamentos quando existem regulamentos escritos.
(E) A ausência de critérios uniformes favorece necessariamente a autonomia e a qualidade dos resultados.

5. (2026)

Os valores pessoais representam referências relativamente duradouras que orientam prioridades e critérios de julgamento. No ambiente profissional, um trabalhador pode valorizar simultaneamente autonomia, estabilidade, reconhecimento e cooperação. Considerando a relação entre valores individuais e práticas organizacionais, assinale a alternativa correta.

(A) Os valores são avaliações momentâneas que se modificam obrigatoriamente a cada nova experiência.
(B) A compatibilidade entre indivíduo e organização exige identidade absoluta de opiniões e preferências.
(C) Os valores determinam mecanicamente todas as escolhas, independentemente das regras e circunstâncias.
(D) Os valores orientam julgamentos e prioridades, mas a manifestação dos comportamentos também depende das condições concretas de trabalho.
(E) A gestão organizacional consegue modificar livremente os valores pessoais por meio de recompensas imediatas.

6. (2026)

Uma organização declara oficialmente que a cooperação constitui um de seus principais valores. Entretanto, seus sistemas de avaliação recompensam apenas resultados individuais e estimulam disputas prejudiciais entre colegas. Considerando a coerência entre valores declarados e práticas organizacionais, assinale a alternativa correta.

(A) A contradição entre discurso e prática pode comprometer a confiança e reduzir a disposição dos trabalhadores para cooperar.
(B) A existência de valores formalmente divulgados garante que os empregados percebam justiça nas decisões.
(C) A competição predatória fortalece necessariamente os vínculos coletivos quando associada a recompensas.
(D) Os sistemas de reconhecimento não interferem na percepção de coerência cultural.
(E) Os valores organizacionais produzem efeitos somente quando são registrados em documentos formais, independentemente das práticas cotidianas.

7. (2026)

As atitudes profissionais envolvem avaliações favoráveis ou desfavoráveis acerca de pessoas, situações e aspectos do trabalho. Um empregado considera determinado procedimento excessivamente burocrático, sente irritação ao executá-lo, mas continua cumprindo corretamente suas exigências. Essa situação demonstra que

(A) atitudes correspondem exclusivamente a comportamentos observáveis, sem componentes emocionais.
(B) sentimentos desfavoráveis impedem obrigatoriamente o cumprimento adequado das responsabilidades.
(C) a existência de uma crença negativa elimina a possibilidade de reconhecer a legitimidade de uma regra.
(D) valores, atitudes e satisfação são conceitos equivalentes, sem diferenças relevantes.
(E) as atitudes apresentam componentes cognitivos, afetivos e comportamentais, que nem sempre se manifestam de maneira completamente uniforme.

8. (2026)

A satisfação no trabalho constitui uma avaliação da experiência profissional e pode ser influenciada pelo conteúdo da função, pelas relações interpessoais, pelas condições de trabalho e pelo reconhecimento. A respeito desse fenômeno, assinale a alternativa correta.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

GESTÃO DE PESSOAS

1. (2026)

O Departamento Pessoal desempenha funções fundamentais para a regularidade das relações trabalhistas, sendo responsável por procedimentos administrativos relacionados à contratação, manutenção e desligamento de empregados. Considerando suas atribuições e a necessidade de conformidade com a legislação trabalhista brasileira, assinale a alternativa correta.

(A) O Departamento Pessoal atua exclusivamente no recrutamento de novos trabalhadores, sem participar das rotinas de pagamento e desligamento.

(B) A fiscalização da jornada de trabalho é responsabilidade exclusiva dos gestores operacionais, não integrando as atividades do Departamento Pessoal.

(C) O Departamento Pessoal administra registros funcionais, controle de jornada, férias, afastamentos, folha de pagamento e obrigações trabalhistas.

(D) A atuação do Departamento Pessoal limita-se à elaboração de políticas motivacionais e à avaliação comportamental dos empregados.

(E) O cumprimento das obrigações legais relacionadas aos empregados é facultativo quando a organização possui políticas próprias de Recursos Humanos.

2. (2026)

Uma empresa pretende modernizar seu sistema de registro de jornada, substituindo cartões mecânicos por uma solução que permita a utilização de programas informatizados. Considerando o artigo 74 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as modalidades de registro eletrônico disciplinadas pela Portaria MTP nº 671/2021, assinale a alternativa correta.

(A) O REP-P corresponde ao registrador eletrônico de ponto por programa, constituindo uma das modalidades previstas na regulamentação.

(B) O REP-C é utilizado exclusivamente para registros manuais em livros físicos, dispensando equipamentos eletrônicos.

(C) O REP-A é destinado apenas aos trabalhadores autônomos, não podendo ser utilizado nas relações de emprego.

(D) A Portaria MTP nº 671/2021 determina que o registro eletrônico seja realizado exclusivamente por equipamentos mecânicos.

(E) As modalidades eletrônicas de controle de jornada dispensam a observância das obrigações legais relativas ao registro dos horários.

3. (2026)

Uma organização identificou aumento significativo na quantidade de horas extraordinárias realizadas por seus empregados e pretende implementar mecanismos de compensação para melhorar a gestão de jornada. Considerando o artigo 59 da CLT, especialmente seus §§ 2º, 5º e 6º, assinale a alternativa correta.

(A) Toda hora extraordinária deverá ser compensada obrigatoriamente no mesmo dia, independentemente da modalidade de acordo.

(B) O banco de horas somente poderá ser instituído mediante convenção coletiva, sendo proibida qualquer modalidade de acordo individual.

(C) A compensação de jornada afasta todas as exigências relacionadas ao controle de ponto e aos limites legais de trabalho.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

(D) O banco de horas instituído por acordo individual escrito permite compensação em até dois anos.
(E) O banco de horas por acordo individual escrito pode prever compensação em até seis meses, enquanto a modalidade por negociação coletiva admite período de até um ano.

4. (2026)

Um empregado concluiu seu período aquisitivo de férias e o Departamento Pessoal precisa organizar a concessão do descanso anual, considerando os interesses da organização e os direitos do trabalhador. De acordo com os artigos 129, 134 e 137 da CLT e o artigo 7º, inciso XVII, da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

(A) As férias podem ser concedidas em qualquer momento da relação de emprego, sem necessidade de observar período concessivo.
(B) As férias podem ser divididas, com concordância do empregado, em até três períodos, sendo um de pelo menos 14 dias corridos e os demais de pelo menos cinco dias corridos cada.
(C) O empregado somente adquire direito às férias após completar 24 meses ininterruptos de trabalho.
(D) O adicional constitucional de férias é facultativo quando o empregado recebe remuneração variável.
(E) A concessão das férias após o período legal elimina o direito à remuneração correspondente.

5. (2026)

Um trabalhador pretende converter parte de suas férias em abono pecuniário para obter recursos financeiros adicionais. O Departamento Pessoal deverá observar os limites e prazos estabelecidos na legislação trabalhista. Considerando o artigo 143 da CLT, assinale a alternativa correta.

(A) A conversão em dinheiro poderá alcançar integralmente os 30 dias de férias, desde que exista autorização do empregador.
(B) O abono pecuniário somente poderá ser solicitado após o início do período de férias.
(C) A conversão de férias em abono constitui decisão unilateral do empregador, independentemente da manifestação do empregado.
(D) O empregado poderá converter até um terço do período de férias em abono pecuniário, devendo requerê-lo até 15 dias antes do término do período aquisitivo.
(E) O abono pecuniário é permitido apenas para trabalhadores que tenham completado cinco anos de vínculo empregatício.

6. (2026)

Um empregado sofreu acidente relacionado à execução de suas atividades profissionais e precisou permanecer afastado do trabalho por período superior a 15 dias. A organização deverá observar as obrigações previdenciárias e os direitos decorrentes do afastamento. Considerando a Lei nº 8.213/1991, especialmente seus artigos 22 e 118, assinale a alternativa correta.

(A) O acidente de trabalho afasta a obrigação de comunicação aos órgãos competentes quando o empregado permanece vinculado à empresa.
(B) O afastamento acidentário elimina automaticamente o direito à estabilidade após o retorno às atividades.
(C) O empregador deverá comunicar o acidente de trabalho na forma legal, e o segurado que preencher os requisitos terá garantia de manutenção do contrato por 12 meses após a cessação do auxílio-doença acidentário.
(D) A estabilidade decorrente de acidente de trabalho é limitada a 30 dias após o retorno do empregado.
(E) A responsabilidade pelo registro administrativo do acidente é exclusivamente do trabalhador, sem participação do empregador.

7. (2026)

Durante o fechamento mensal da folha de pagamento, um analista precisa classificar os valores recebidos pelo empregado, os descontos incidentes e os encargos suportados pela organização. Considerando a estrutura da folha de pagamento e os procedimentos de Departamento Pessoal, assinale a alternativa correta.

(A) O salário líquido corresponde à soma dos proventos e dos encargos patronais, independentemente dos descontos.
(B) O FGTS recolhido pelo empregador constitui desconto obrigatório sobre o salário líquido do empregado.
(C) As horas extras e as gratificações devem ser classificadas exclusivamente como encargos patronais.

apostilas opção

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

